

HABEAS CORPUS Nº 549.031 - DF (2019/0358645-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : RICARDO BATISTA SOUSA - DF009687
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : T G V (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de T G V, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e dos Territórios (Apelação Criminal n. 0003580-78.2019.8.07.0009).

Consta dos autos que sobreveio sentença condenando o paciente pela prática da conduta infracional análoga ao crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06, aplicando-lhe a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, por prazo indeterminado, não superior a 3 anos.

Interposta apelação perante o TJDF, esta foi desprovida em acórdão assim ementado:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APELAÇÃO. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRELIMINAR DE NULIDADE. LEGALIDADE DA BUSCA E APREENSÃO. REJEIÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. ENVOLVIMENTO EM OUTROS ATOS INFRACIONAIS. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA ANTERIORMENTE IMPOSTA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. ADEQUAÇÃO.

1. *O conjunto probatório produzido nos autos é firme no sentido de que o representado praticou ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, porque teve em depósito certa quantidade de substâncias entorpecentes, fracionadas em diversas pequenas porções, com o intuito de comercializá-las, não havendo se falar em absolvição.*

2. *Verificadas as condições pessoais do adolescente e a existência de outras passagens pela Vara da Infância e da Juventude, com aplicação de medidas mais brandas que não surtiram efeito de lhe*

Superior Tribunal de Justiça

incutir senso de responsabilidade, mostra-se adequada a aplicação da medida de internação.

3. Recurso conhecido e não provido.

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando que se discute a ilegalidade decorrente da decisão que manteve como legítima a busca e a invasão de domicílio, em razão de afirmar ser o delito em questão um crime permanente, mesmo após a demonstração de que a decisão vai de encontro ao entendimento aplicado recentemente diante da inexistência de auto de apreensão formalizado e invalidade de consentimento informado do morador.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da imposição da medida socioeducativa de internação do paciente.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator